



Companhia de Engenharia de Tráfego

Relatório da Administração 2017

Lei 13.303/16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas

O Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetem à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

As mencionadas demonstrações contábeis estão disponíveis no site da CET – www.cetsp.com.br - link “Informações Institucionais”.

A Administração

C.N.P.J. 47.902.648/0001-17

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(EM R\$ MIL)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, empresa de economia mista da Prefeitura do Município de São Paulo, constituída pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1.976, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por objetivo a prestação de serviços e execução de obras relacionadas com a operação, manutenção e ampliação do sistema de tráfego da Cidade de São Paulo, através do controle e avaliação de desempenho da malha viária, elaboração de estudos, projetos e pareceres sobre a sinalização semafórica e viária, desenvolvimento de sistemas especiais, treinamento e educação de trânsito e transporte e exploração de estacionamento rotativo, denominado Zona Azul, em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 01 de março de 2018. As demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição e/ou de reposição, os quais são inferiores ao valor de mercado.

b. Depósitos Judiciais

Registrados pelo valor dos depósitos, atualizados pela TR – Taxa Referencial, até a data do balanço.

c. Investimentos

São demonstrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A Companhia constituiu no exercício de 2003, Provisões para Perdas em Investimentos incentivados no montante de R\$ 16 mil.

d. Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens.

e. Intangível

Está registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A amortização é calculada pelo método linear.

f. Fornecedores

Estão demonstrados pelos compromissos assumidos, acrescidos dos reajustes contratuais incidentes até a data da entrega dos bens e/ou materiais ou da efetiva prestação de serviços.

g. Provisão para Férias e Encargos

Constituída pelos períodos vencidos e proporcionais, acrescidos dos encargos sociais aplicáveis, até a data do balanço.

<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>52.014</u>	<u>48.587</u>

h. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, está demonstrada a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas e outras receitas operacionais), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros e outros, incluindo a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras). A segunda parte da DVA

apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

i. Instrumentos Financeiros Derivativos

A empresa não opera com tais operações e não possuía, em 31 de dezembro de 2017, instrumentos financeiros derivativos.

j. Apuração de Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. As principais receitas da Companhia são oriundas da prestação de serviços firmado com a Secretaria Municipal dos Transportes; Eventos nas vias públicas e Operação de Zona Azul do município.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, que podem ser utilizados a qualquer momento e com riscos insignificantes de alteração de valor.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Bancos Conta Movimento	372	388
Títulos Vinculados no Mercado Aberto	18.790	21.469
Total	19.162	21.857

A seguir apresentamos a movimentação da conta de Títulos Vinculados no Mercado Aberto.

Fundo de Investimento	Saldo 31/12/2016	Aplicação	Resgate	Rendimentos	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2017
Banco do Brasil	156	196.136	(182.208)	300	(32)	(154)	14.198
Caixa Econ. Federal	7.538	168.343	(172.680)	380	(33)	(245)	3.303
Itaú	13.775	60.332	(73.733)	103	(10)	(58)	409
Bradesco	0	178.811	(178.926)	147	(33)	0	0
Santander	0	232.500	(232.071)	884	(133)	(300)	880
TOTAL	21.469	836.122	(839.618)	1.814	(241)	(757)	18.790

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação da CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Exploração de Estacionamento Rotativo - Zona Azul	-	41
Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo	7.227	4.501
Outras	330	330
	<u>7.557</u>	<u>4.872</u>

5.1 CONTAS A RECEBER DE LONGO PRAZO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços de Engenharia	121.882	127.109
Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo	30.922	26.890
Depósito Judicial e Outros	6.859	7.052
Riscos no Recebimento de Créditos	(127.287)	(127.287)
	<u>32.376</u>	<u>33.764</u>

Os Créditos correspondentes a serviços essenciais e imprescindíveis de engenharia de tráfego e educação de trânsito, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT, do período de 2005 a 2012, 2014 e 2015, sem contrato e/ou sem empenho foram transferidos para o Ativo Não Circulante, da mesma forma os eventos que estão sendo discutidos judicialmente.

No exercício de 2016, impetramos ações judiciais de cobrança junto aos devedores inscritos na rubrica contábil de “Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo”. Em observância ao disposto no CPC nº 25, e com base na posição do nosso Departamento Jurídico que considera o êxito de recebimento como possível, esses valores não foram objeto de constituição de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.

Os serviços prestados à SMT foram reconhecidos pelo Departamento de Operação do Sistema Viário - DSV daquela Secretaria nos Processos Administrativos, a saber:

PROCESSO ADMINISTRATIVO GESTÃO DE TRÂNSITO	EXERCÍCIO	2017	2016
2007-0.240.231-8	2007	4.833	4.833
2008-0.225.788-3	2008	12.007	12.007
2009-0-330.310-4	2009	633	633
2009-0.330.336-8	2009	1.311	1.311
2010-0.064.309-0	2010	11.917	11.917
2012-0.021.586-5	2011	31.363	31.363
2013-0.105.398-4	2012	1.468	1.468
2014-0.304.565-4	2014	37.511	37.511
2016-0.009.362-7	2015	2.127	2.127
		103.170	103.170
PROCESSO ADMINISTRATIVO DETECÇÃO DE VELOCIDADE	EXERCÍCIO	2017	2016
2005-0.213.600-2	2005	283	283

5.2 Riscos no Recebimento de Créditos

Foram constituídas nos exercícios de 1998, 1999, 2000 a 2012, 2014 e 2015 Provisões no montante de R\$106.398 mil, para receita de serviços essenciais e imprescindíveis de gestão do trânsito da Cidade de São Paulo, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os quais não estavam suportados por empenhos, em função da insuficiência de recursos orçamentários, demonstrado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gestão de Trânsito da Cidade de São Paulo	103.170	103.170
Detecção de Velocidade / Guinchamento Veículos	331	331
Decreto nº 45.720 de 18.02.05 portarias SF nºs. 31,32/2005	2.897	2.897
Eventos Estratégicos para Cidade de São Paulo - PMSP	6.275	6.275
Goodmix Com. e Repres. Prods. Aliment. Serviços Ltda	14.048	14.048
Sublocação no prédio Barão de Itapetininga por SMT	566	566
	<u>127.287</u>	<u>127.287</u>

6. ESTOQUES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Material de Sinalização Viária	3.614	4.482
Peças e Acessórios para Veículos	654	794
Talões de Zona Azul	3	2
Suprimentos	833	1.380
	<u>5.104</u>	<u>6.658</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxas Depreciação	2017			2016
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aparelhos e Instr. Técnicos	10%	2.652	(476)	2.176	2309
Benfeitorias	4%	5.590	(4.853)	737	923
Computadores, Micros e Perif.	20%	10.434	(9.394)	1.040	1658
Ferramentas em Geral	10%	152	(105)	47	54
Instalações	10%	251	(251)	-	20
Imóveis	8%	16.608	(3.432)	13.176	13840
Máquinas e Equipamentos	10%	4.186	(2.032)	2.154	1633
Móveis e Utensílios	10%	5.230	(3.433)	1.797	1990
Veículos	20%	49.633	(49.460)	173	438
Ajuste ao Valor Recuperável		(433)	-	(433)	(433)
		<u>94.303</u>	<u>(73.436)</u>	<u>20.867</u>	<u>22.432</u>

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Conta	IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS - Normal	R\$/Mil			
		Saldo Líquido 31.12.2016	Adições	Baixas/Transf.	Saldo Líquido 31.12.2017
Aparelhos e Instrumentos Técnicos		2.503	149	-	2.652
Benfeitorias Imóveis de Terceiros		5.590	-	-	5.590
Computadores e Periféricos		10.074	360	-	10.434
Ferramentas em Geral		150	2	-	152
Instalações		201	50	-	251
Imóveis		16.608	-	-	16.608
Máquinas e Equipamentos		3.602	642	(58)	4.186
Móveis e Utensílios		5.140	94	(4)	5.230
Veículos		49.506	127	-	49.633
Ajuste ao Valor Recuperável		(433)	-	-	(433)
Total Imobilizado Técnico		92.941	1.424	(62)	94.303
Total Depreciação Acumulada		(70.509)	(2.927)	-	(73.436)
Total Imobilizações Técnicas		22.432	(1.502)	(62)	20.867

7a – Redução ao valor recuperável

Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração, em 2016, efetuou testes preliminares visando à necessidade de ajustes ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado, a qual identificou itens considerados “unidades geradoras de caixa”, com valores contábeis superiores aos seus valores de uso e/ou eventual venda líquida, sendo assim efetuou o ajuste em contrapartida ao resultado, no montante de R\$ 433 mil, conforme demonstrado no quadro anterior. Para esse exercício, a administração, embora não tenha efetuado avaliação, entende que não há indícios de que há unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização.

8. INTANGÍVEL

Software e Outros	Taxas Amortização	2017			2016
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
	20%	6.169	(6.002)	167	-

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Conta IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS	R\$/Mil			
	Saldo Líquido 31/12/2016	Adições	Baixas/Transf.	Saldo Líquido 31/12/2017
Softwares	5.993	176	-	6.169
Linhas Telefônicas	-	-	-	-
Amortização - Intangível	(5.993)	(9)	-	(6.002)
Total	0	167	-	167

9. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado é representado em 2017 por 105.715.959 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo a participação acionária da Prefeitura do Município de São Paulo de 99,99999%.

10. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, instituída pela Lei nº 11.941/09, para o pagamento do saldo remanescente do Termo de Amortização de Dívida Fiscal – TADF nº 60.178.723-4 relativas às contribuições do período de novembro, dezembro e 13º salário do exercício de 2000.

Foram também objeto deste programa de parcelamento as Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos – NFLD's, emitidas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS nos exercícios de 1981, 1995 e 2000.

Os débitos serão pagos em 161 parcelas, sendo que em 31/12/17, restavam 82 parcelas a serem liquidadas.

Nos termos dos prazos estabelecidos no programa de parcelamento, os débitos foram segregados no Passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

NFLD'S	2017	2016
Circulante	2.369	2.238
Não Circulante	5.318	15.266
Total	7.687	17.504

No exercício de 2017, houve significativas reduções desta dívida com a realização da restituição do saldo negativo do Imposto de Renda relativos aos exercícios de 2008 e 2011.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido foram calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes nas demonstrações de resultados.

	2017	2016
Lucro/prejuízo contábil do exercício	2.685	(25.926)
Adições	79.233	59.997
Exclusões	110.107	26.057
CSLL a pagar	-	505
IRPJ a pagar	-	1.368

11a – Imposto de Renda – Prejuízos Fiscais

O valor dos prejuízos fiscais acumulados a compensar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 45.663 mil (R\$ 17.518 mil em 2016).

11b – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A base negativa a compensar da Contribuição Social sobre o Prejuízo Líquido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 54.379 mil (R\$ 25.944 mil em 2016).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Movimentação	Saldo 2016	Provisão no Exercício	Atualização	Reversão de Provisões/Pagamentos	Saldo 2017
Contingências Trabalhistas	53.629	17.006	6.102	(24.781)	51.956
Contingências Cíveis	87.902	38.721	3.102	(71.175)	58.550
Total	141.531	55.727	9.204	(95.956)	110.506

Estão registrados nestas rubricas no Passivo Não Circulante, o montante de R\$ 110.506 mil em 2017 (R\$ 141.531 mil em 2016) referentes a:

- a. Os processos trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia amparado no parecer de sua Assessoria Jurídica. Para os casos em que há expectativas prováveis de perdas e desembolso financeiro futuro, constituiu-se provisão no montante de R\$ 51.956 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 53.629 mil em 2016). Ainda, segundo avaliação da administração da Companhia existem processos trabalhistas não provisionados e classificados da seguinte forma:

Classificação	<u>2017</u> (R\$ mil)	<u>2016</u> (R\$ mil)
Possível	263	431
Remota	3.895	1.162

- b. Ações de cobrança: a Companhia contesta na justiça ações de cobrança movidas por ex-fornecedores a título de atualização de débitos pagos em atraso e outras ações cíveis. Foi provisionado o montante de R\$ 58.550 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 87.902 mil em 2016), considerando-se o risco, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia, de ser condenada provavelmente nos referidos processos, e tendo de arcar com desembolsos financeiros. Dentre as respectivas ações, destaca-se a movida pela SABESP, em que o STF – Supremo Tribunal Federal emitiu sentença desfavorável a CET. O montante original desta ação, em abril de 2014 era de R\$ 38.478 mil, que atualizados somam R\$ 48.198 mil, em 31 de dezembro de 2017. Da mesma forma e segundo avaliação da companhia há processos cíveis não provisionados classificados:

Classificação	<u>2017</u> (R\$ mil)	<u>2016</u> (R\$ mil)
Possível	51.233	5.480
Remota	1.281	2.205

Dentre as ações classificadas como possíveis destacam-se duas a saber: a) Consladel Construtora e Laços Detetores e Eletrônica Ltda no valor R\$ 32.028 mil (2017) relativo à valor residual sobre contrato de radares e b) Treze Listas Segurança e Vigilância Ltda. - 17.173 mil (2017) pretendendo a cobrança de reajuste de preços contratuais de contrato de serviços de vigilância.

A Companhia também declara que não possui ativos contingentes reconhecidos na data do balanço, tratados no CPC – Pronunciamento Técnico Contábil nº 25.

13 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

13.1 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA EM 31 DEZEMBRO

Em cumprimento ao disposto no CPC 30 (R1) - Receita, segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Operacional		
Serviços de Engenharia de Tráfego	801.653	823.089
Exploração de Estacionamento Zona Azul	88.947	54.637
Eventos Diversos	22.056	19.410
Estacionamentos	<u>1.517</u>	<u>1.671</u>
	<u>914.173</u>	<u>898.807</u>
Deduções à Receita Operacional (-)		
Impostos e Contribuições	<u>(90.441)</u>	<u>(87.512)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>823.732</u>	<u>811.295</u>

14 – CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal, Encargos	526.731	484.874
Honorários da Administração	470	268
Serviços de Terceiros – Sinal. Viária	49.165	70.164
Material de Sinalização Viária	2.432	2.840
Remoção de Veículos	27.210	26.475
Outros Custos	<u>77.026</u>	<u>83.044</u>
	<u>683.034</u>	<u>667.665</u>

15 – REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

	2017	2016
Diretoria	936	804
Conselho de Administração	504	648
Conselho Fiscal	165	180
Total	1.605	1.632

16 – PARTES RELACIONADAS

Em observância ao Pronunciamento Técnico Contábil CPC-05, a Companhia informa que em 31/12/17 não mantinha operações caracterizadas como partes relacionadas junto aos adquirentes de seus produtos e serviços, como também não possuía transações com empresas coligadas e/ou controladas em conjunto com terceiros (denominado joint venture).

17 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

18 – EVENTOS SUBSEQUENTES À EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A CET analisou os eventos subsequentes até o dia 28 de Fevereiro de 2018 que é a data de entrega da carta da sua administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALBERTO BENEDITO DE LIMA JÚNIOR
Presidente

MOACYR VIEIRA SERODIO FILHO
Vice Presidente

JOSÉ ANTONIO BASÍLIO
Conselheiro

JOUBERT FORTES FLORES FILHO
Conselheiro

FLÁVIO MEDRANO DE ALMADA
Conselheiro

MÁRIO FIORATTI FILHO
Conselheiro

ISAIAS PARANHA
Conselheiro

DIRETORIA

JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO
Diretor Presidente

MANOEL VICTOR DE AZEVEDO NETO
Diretor de Operações

AFONSO ANTÔNIO HENNEL
Diretor Administrativo e Financeiro

IRINEU DA SILVA FILHO
Diretor de Representação

GERÊNCIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

FLÁVIO DAMMOUS
Gerente de Orçamento, Custos e Contabilidade

FRANCISCO TADEU GONÇALVES
Contador - CRC nº 1SP106068/O-0

CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em R\$ Mil)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	19.162	21.857
Contas a Receber	5	7.557	4.872
Estoques	6	5.104	6.658
Adiantamentos		7.115	7.876
Impostos e Contribuições a Recuperar		18.376	28.401
Despesas do Exercício Seguinte e Outros Créditos		3.252	2.608
		<u>60.566</u>	<u>72.272</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Receber	5.1	152.804	153.999
Riscos no Recebimento de Créditos	5.2	(127.287)	(127.287)
Depósito Judicial e Outros Créditos		6.859	7.052
		<u>32.376</u>	<u>33.764</u>
Investimento		18	18
Imobilizado	7	20.867	22.432
Intangível	8	167	-
		<u>53.428</u>	<u>56.214</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>113.994</u></u>	<u><u>128.486</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em R\$ Mil)

PASSIVO	Notas	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		35.737	32.662
Salários a Pagar		3.012	3.959
Provisão Férias e Encargos	3.g	52.013	48.587
Encargos Sociais e FGTS a Recolher		16.920	15.774
Impostos e Contribuições a Recolher - Tributárias		16.048	13.861
Provisão para Imposto de Renda		-	1.368
Provisão para Contribuição Social		-	505
Adiantamento de Clientes		5.389	3.797
Processos Julgados		6.712	750
Receitas Antecipadas - CEF		2.148	257
Outras Contas a Pagar		4.667	5.206
		142.646	126.726
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento	10	5.318	15.266
Provisão para Contingências	12	110.506	141.531
Receitas Antecipadas - CEF		7.876	-
		123.700	156.797
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	9	105.715	105.715
Reserva de Capital		1.272	1.272
Prejuízos Acumulados		(259.339)	(262.024)
		(152.352)	(155.037)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(152.352)	(155.037)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		113.994	128.486

**CET - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em R\$ Mil)**

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	<u>823.732</u>	<u>811.295</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	<u>(683.034)</u>	<u>(667.665)</u>
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		<u>140.698</u>	<u>143.630</u>
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(140.766)</u>	<u>(173.667)</u>
Pessoal e Encargos		(123.323)	(126.032)
Honorários da Administração		(969)	(1.184)
Gerais e Administrativas		(41.570)	(65.822)
Outras Receitas Operacionais		25.096	19.371
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(68)	(30.037)
Despesas Financeiras		(2.208)	(1.840)
Receitas Financeiras		4.961	7.824
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		<u>2.685</u>	<u>(24.053)</u>
IMPOSTO DE RENDA		-	(1.368)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(505)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>2.685</u>	<u>(25.926)</u>
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$ MIL		<u>0,000025</u>	<u>(0,000245)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em R\$ Mil)

	Reservas de Capital			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Integralizado	Incentivos Fiscais	Doações		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	105.715	40	1.232	(236.098)	(129.111)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(25.926)	(25.926)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	105.715	40	1.232	(262.024)	(155.037)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.685	2.685
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	105.715	40	1.232	(259.339)	(152.352)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CET - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Método Indireto
(Em R\$ Mil)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro / Prejuízo do Exercício		2.685	(25.926)
Ajustes			
Depreciação/Amortização		2.935	3.776
Baixa do Ativo Imobilizado		58	2.358
Ajuste de Impairment		-	433
Ajuste Exercícios Anteriores			-
Redução (Aumento) no Ativo:			
Contas a Receber		(1.491)	(301)
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos		-	-
Estoques		1.554	(378)
Impostos, Contribuições e Outros Créditos		10.337	(2.497)
Aumento (Redução) no Passivo:			
Provisões Férias e Salários a Pagar		2.480	5.634
Encargos Sociais e FGTS a Recolher		1.147	927
Impostos e Contribuições a Recolher		313	4.496
Fornecedores/Contas a Pagar		(11.168)	26.012
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento		(9.948)	(929)
Obrigações Tributárias - Parcelamento		-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(1.098)	13.605
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimento em Ativo Imobilizado		(1.421)	(5.053)
Investimento em Ativo Intangível		(176)	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(1.597)	(5.053)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Doações Recebidas		-	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento		-	-
Diminuição/Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		(2.695)	8.552
Caixa e Equivalente de Caixa no início do Período		21.857	13.305
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período		19.162	21.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016
(Demonstra a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição na sociedade)

Em R\$ Mil

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
1 - RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	939.269	918.178
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo das mercadorias e serviços vendidos	150.481	176.678
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>40.552</u>	<u>61.158</u>
	191.033	237.836
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	748.236	680.342
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	2.993	6.133
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	745.243	674.209
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	4.961	7.824
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	750.204	682.033
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	750.204	682.033
Pessoal e encargos		
Administradores	1.440	1.452
Operacionais	381.898	346.657
Estagiários	3.876	4.063
Autônomos	25	45
Cooperação Técnica	9	473
FGTS e Benefícios	<u>178.217</u>	<u>173.147</u>
	565.465	525.837
Impostos, Taxas e Contribuições		
Governo Federal	171.608	173.393
Governo Municipal	5.652	3.879
Taxas e Contribuições	<u>132</u>	<u>104</u>
	177.392	177.376
Financiadores		
Juros	1.765	1.713
Aluguéis	<u>2.897</u>	<u>3.033</u>
	4.662	4.746
Acionistas		
Lucro/Prejuízo Retido	2.685	(25.926)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET**, em reunião realizada em 19.03.2018, cumprindo o que determina o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, examinou o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2017**, composto pelos Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado e notas explicativas destas demonstrações, bem como pelo Relatório expedido pela Auditoria Independente, Loundon Blomquist – Auditores Independentes, de 15 de março de 2018, o qual apresentou Parecer com a seguinte ressalva descrita no item 7, “a” das Notas Explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016: **“Redução ao valor recuperável.** Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração, em 2016, efetuou testes preliminares visando à necessidade de ajustes ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado, a qual identificou itens considerados “unidades geradoras de caixa”, com valores contábeis superiores aos seus valores de uso e/ou eventual venda líquida, sendo assim efetuou o ajuste em contrapartida ao resultado, no montante de R\$ 433 mil, conforme demonstrado no quadro anterior. Para esse exercício, a administração, embora não tenha efetuado avaliação, entende que não há indícios de que há unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização”. Considerando os exames efetuados e as informações prestadas pela Administração, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entendeu que as peças contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com exceção de eventuais efeitos relativos à ressalva apontada no relatório dos Auditores Independentes, e opina favoravelmente e recomenda aprovar, mantida a ressalva, as referidas demonstrações, estando em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração, publicadas e submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Ademais disso, o Conselho Fiscal alertou ser necessário observar os montantes de patrimônio líquido negativo de R\$ Mil 152.352, bem como a deficiência de capital de giro de R\$ Mil 82.080, muito embora nesse exercício a Companhia tenha apresentado lucro contábil, ainda depende, significativamente, de aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista controlador. Por fim, o Conselho Fiscal recomendou a adoção de medidas para assegurar a exigibilidade de cobrança de montantes lançados em contas a receber de longo prazo referentes à Despesa de Exercícios Anteriores – DEA.

São Paulo, 19 de março de 2018.

ROBERTO ANTONIO V. BELLOCCHI
Presidente

ALBERTO N. OHNUKI JÚNIOR

ALEXANDRA LEONELLO GRANADO

HENRIQUE DE CASTILHO PINTO

ROBERTO MAZZILLI PELOSINI

Matriz
São Paulo - SP
Rua Senador Paulo Egídio, 72 – Conj. 1.009 – Sé
São Paulo – SP – CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial
Rio de Janeiro - RJ
Av. Pres. Vargas, 509 – 3º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório
Brasília - DF
SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Diretores da
Companhia de Engenharia de Tráfego - CET
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que o assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” possam ter sobre as demonstrações contábeis acima referidas, essas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Engenharia de Tráfego- CET em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7a, a Companhia, no exercício de 2016, efetuou ajuste referente à redução ao valor recuperável. Para esse exercício, a administração, embora não tenha realizado avaliação, entendeu que não há indícios de que há unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao seu valor de realização, motivo pelo qual não foi feito qualquer ajuste.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Companhia em atividade normal, que pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações em curso normal das atividades. As referidas demonstrações apresentam patrimônio líquido negativo no montante de R\$ Mil 152.352 e deficiência de capital de giro de R\$ Mil 82.080. Embora nesse exercício a Companhia tenha apresentado lucro contábil, ainda depende, significativamente, de aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista controlador.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, a Companhia impetrou ação judicial contra liminares de devedores, cujos saldos estão apresentados na rubrica “Eventos em Vias e Logradouros da Cidade de São Paulo” e obteve posição de sua assessoria jurídica, de probabilidade provável de êxito no recebimento desses créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas. Nossa opinião não esta modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sobre a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, e submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer datado de 16 de março de 2017, continha ressalva, quanto a diferenças de saldos entre os setores contábil e financeiro nas contas de clientes e fornecedores. Neste exercício a Companhia procedeu análise e conciliou e ajustou essas diferenças.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos e circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC- RJ-000064/O-7 T SP


Sérgio dos Santos Gonçalves
Contador^a
CRC-1RJ 056082/O-3 – “S” – SP
CNAI nº: 4350

São Paulo,
15 de março de 2018